

Aumenta embarque de carne suína em março

As exportações de carne suína aumentaram quase 20% em março em relação ao mesmo mês de 2008. O volume chegou a 51 mil toneladas em março, enquanto em igual período do ano passado foi de 42,74 mil toneladas, o que sinaliza recuperação no quadro da crise financeira mundial. No primeiro trimestre de 2009, começou recuperação das perdas registradas no último trimestre de 2008. Nos últimos seis meses, de outubro de 2008 a março de 2009, o Brasil exportou 240,27 mil toneladas, resultado ainda 14% inferior ao alcançado no período de outubro de 2007 a março de 2008.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria

Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), Pedro de Camargo Neto, comentou que preocupa a queda de preços em todos os cortes e de carcaça, em todos os mercados. As exportações de carne suína, em março, atingiram 104,16 milhões de dólares, em relação a 102,25 milhões de dólares em março de 2008, crescimento de 1,86%. O preço médio em março foi de 2,04 mil dólares a tonelada em relação a 2,39 mil dólares em março de 2008, uma queda de 14,64%. Os principais mercados no primeiro trimestre deste ano foram: Rússia, Hong Kong, Angola, Argentina, Cingapura, Albânia, Uruguai e Armênia.

No final de abril, o gover-



Resultado dos últimos seis meses é inferior a igual período anterior

no teve reunião de negociação com a Rússia, no esforço de reverter as alterações no sistema de cotas e de tarifas extra-cotas realizadas no final de 2008. Missão esteve em Moscou (Rússia) e em Pequim

(China), da qual participou Camargo Neto. A viagem a Pequim ainda teve por objetivo organizar a viagem do presidente Lula à China, no final de maio. A Abipecs espera que seja oficializada a abertura do

mercado chinês para as exportações brasileiras de carne suína.

A China realizou missão veterinária ao Brasil em novembro de 2008 e o Brasil encaminhou informações detalhadas de 24 frigoríficos que desejam ser habilitados. A China, maior produtora e consumidora de carne suína, passou nos últimos três anos de exportadora a importadora, como resultado do aumento de consumo e de problemas sanitários ocorridos na suinocultura do país. Em 2008, importou mais de 400 mil toneladas dos Estados Unidos e da União Europeia, ficando o Brasil de fora desse comércio em virtude da falta de habilitação.

Gripe coloca mundo em alerta para nova epidemia

O mundo deparou-se, neste mês de abril, com uma nova epidemia. A gripe suína, já rebatizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de AH1N1 (nome do vírus), fez suas primeiras vítimas no México e nos Estados Unidos. Apesar do nome, não há comprovação de que a doença seja originada dos animais, que provavelmente sejam tão suscetíveis ao vírus quanto os humanos. Com isso, não há problema em consumir a carne suína, mas a preocupação dos produtores é que o episódio venha a afetar os negócios.

O presidente da Comissão de Suinocultura da Farsul, João Pi-

coli, comentou que a doença deve interferir no mercado, pois o consumidor fica receoso. Ele acredita que, com mais informações, o episódio poderá se reverter em benefícios ao Brasil.

O Ministério da Agricultura (Mapa) enviou no dia 30 de abril documento técnico às autoridades dos principais países compradores de carne suína brasileira, assegurando que não há risco na importação do produto. A preocupação agora, segundo o ministro Reinhold Stephanes, é garantir à população que a carne suína não faz mal. A Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa esclarece questionamentos.

Por que a doença é denominada gripe suína?

Apesar de possuir também componentes genéticos de origem humana e aviária além dos de origem suína, o vírus isolado a partir dos casos recentes de influenza ocorridos primariamente no México e nos Estados Unidos foi geneticamente identificado como vírus da influenza suína tipo AH1N1. Desde então, a Organização Mundial de Saúde (OMS) tem denominado a doença como “gripe suína em humanos”.

É seguro o consumo de carne e outros produtos de origem suína?

Sim, a carne suína é um alimento seguro para o consumo e a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) afirma que a população não está sob risco de infecção ao incluir produtos de origem suína em seu cardápio. Prova disso é o fato de não haver, até o momento, nenhum registro de casos da doença ou de infecção pelo vírus em suínos. Também não há evidências da transmissão da doença aos seres humanos por contato com os animais ou pelo consumo de produtos de origem animal.

Que medidas o Ministério da Agricultura vem adotando diante desta situação?

Até o momento, a doença não foi registrada em suínos, mesmo nos países onde ocorreram casos da gripe em humanos. Assim, não se justifica a aplicação de medidas restritivas ao trânsito de animais ou de produtos de origem animal. O Ministério da Agricultura mantém as normas que regulamentam o trânsito nacional e internacional de animais, seus produtos e subprodutos, dentro das recomendações da OIE, por isso não aplicou novas restrições ao ingresso de animais ou à circulação de produtos de origem animal.

Os produtores rurais devem tomar algum cuidado especial com o rebanho?

Não há, no momento, razão para preocupação por parte dos produtores rurais porque a doença não foi registrada no Brasil e, mesmo nos países em que ocorreu, ela não foi identificada em outras espécies. Além disso, o vírus não foi isolado até o momento e ainda não foi estabelecida a sua capacidade de infectar suínos.

Quais os procedimentos adotados pelo Ministério da Agricultura para a fiscalização em portos, aeroportos e postos de fronteira?

O Ministério da Agricultura manterá as ações rotineiras de fiscalização em portos, aeroportos e postos de fronteira. Cabe ressaltar que boa parte das medidas de fiscalização e vigilância já vem sendo empregadas nos locais de ingresso de animais e produtos de origem animal, motivadas, nos últimos anos, pela prevenção a casos de influenza aviária registrados em alguns países com os quais o Brasil mantém intercâmbio comercial. Porém o ministério está alerta para a eventual adoção de medidas adicionais de fiscalização, caso sejam configuradas quaisquer alterações na situação sanitária animal.